

MP apresenta ação contra Gratz e mais 10

Contratação de uma empresa através da Aarsal custaria R\$ 14,49 milhões aos cofres da Assembléia Legislativa

RADANEZI AMORIM, LÚCIA GARCIA
E GABRIELA RÖLKE

O Ministério Público Estadual (MPES) apresentou ontem uma ação de improbidade administrativa contra o ex-presidente da Assembléia Legislativa José Carlos Gratz e outras dez pessoas, por acusação de enriquecimento ilícito e desvio de verbas públicas. Todos teriam participado da contratação superfaturada de uma empresa que custaria R\$ 14,49 milhões aos cofres da Casa.

O MPES pediu na Justiça a quebra imediata do sigilo bancário e a indisponibilidade dos bens dos envolvidos.

Segundo a ação, protocolada pelos promotores do Grupo de Repressão ao Crime Organizado (GRCO), o grupo que estava à frente da Assembléia era uma "organização criminosa constituída para dilapidar o patrimônio Público".

Irregularidades

De acordo com as investigações, em fevereiro de 2000, a então Mesa Diretora do Legislativo, composta por Gratz e pelos deputados Juca Gama e Juca Alves, autorizou a Associação dos Servidores da Assembléia Legislativa (Aarsal) a contratar a empresa Reggia Engenharia, Arquitetura e Informática.

A Reggia ficaria responsável pela a manutenção da sede da Assembléia, ao custo de R\$ 120,7 mil por mês, durante 120 meses, com previsão de prorrogação. O valor global chegaria a R\$ 14,49 milhões.

O contrato, no entanto, apresentava diversas irregularidades, segundo o GRCO. A contratação da empresa foi feita sem licitação e antes da publicação do acordo no *Diário do Poder Legislativo*. Além disso, diz o MPES, o acordo não definiu prazo de vigência e podia ser renovado automaticamente, sem exigir prestações de contas e sem detalhar valores para os serviços prestados.

Presidente

O contrato foi formalmente assinado pelo então vice-presidente da Assembléia, José Ramos (PFL) - hoje, presidente da Comissão de Finanças. Ainda de acordo com o MPES, a Aarsal não tem legitimidade jurídica para gerir recursos públicos e firmar e pagar contratos com recursos repassados pelo Legislativo.

Para O GRCO, os fatos apurados "são uma afronta ao cidadão comum, que vê o dinheiro público escoar pelo ralo da corrupção". O contrato com a Reggia foi desfeito pela atual Mesa Diretora, em março do ano passado.



As denúncias

O Grupo de Trabalho para a Repressão ao Crime Organizado (GRCO) do Ministério Público Estadual apresentou uma ação civil pública contra o ex-deputado José Carlos Gratz e outras dez pessoas. Veja mais detalhes:

Denunciados

1	José Carlos Gratz	ex-presidente da Assembléia Legislativa
2	Juca Gama	ex-primeiro-secretário da Mesa Diretora
3	Juca Alves	ex-segundo-secretário da Mesa Diretora
4	José Ramos	ex-vice-presidente da Assembléia e atual presidente da comissão de Finanças
5	João Marcos Lopes de Farias	ex-procurador-geral do Legislativo e atual procurador da Casa
6	Ana Maria Rangel	procuradora da Assembléia e mulher de João Marcos
7	André Nogueira	ex-diretor-geral da Assembléia
8	Saturnino Manoel Faustino dos Santos	ex-presidente da Aarsal
9	Joverci Alves dos Santos	ex-presidente da Aarsal
10	Adelson Salezze	ex-tesoureiro da Aarsal
11	Hudson Barcelos Reggiani	sócio-gerente da Reggia Engenharia, Arquitetura e Informática



Acusação

Todos foram acusados de enriquecimento ilícito e improbidade administrativa

Pedido

O GRCO pediu a indisponibilidade de todos os bens e a quebra dos sigilos bancários dos denunciados

Autorização

De acordo com a ação, a antiga Mesa Diretora da Assembléia autorizou a assinatura de um contrato irregular entre a Associação dos Servidores Públicos da Assembléia Legislativa (Aarsal) e a empresa Reggia

Procuradores

A legalidade jurídica foi respaldada pela procuradora Ana Maria Rangel e por seu marido, o então procurador-geral João Marcos Lopes de Farias

Contrato

Segundo o GRCO, o contrato foi estabelecido sem licitação, não estipulou prazo de vigência, não estabeleceu exigências para prestações de contas. O valor global pelos serviços seria de **R\$ 14,49 milhões**

• A Assembléia repassou à Reggia **R\$ 9,93 milhões** em pagamentos

Suspeitos negam as acusações

A maioria dos 11 citados na ação de improbidade administrativa negou ontem as acusações feitas contra eles pelo Ministério Público Estadual (MPES). O ex-presidente da Assembléia Legislativa José Carlos Gratz não foi encontrado para falar sobre o assunto. Mas o advogado dele, Homero Mafra, afirmou que não conhece o teor da ação. "Prefiro me pronunciar depois de conhecer a ação", relatou. A mesma argumentação foi dada pelo ex-deputado Juca Gama.

Já o advogado do ex-diretor-geral da Assembléia Legislativa André Nogueira, Luiz Alfredo Melo, garantiu que "Nogueira não tem nenhum envolvimento em irregularidades no contrato".

O diretor da empresa Reggia Engenharia, Arquitetura e Informática, Hudson Reggiani, também disse que "não tem conhecimento da ação". "Não tinha idéia de que poderia haver algo de ir-



Carlos Alberto da Silva

Defesa

Juca Alves disse que era segundo-secretário e não determinava despesas na Assembléia

regular no contrato firmado com a Associação dos Servidores da Assembléia Legislativa (Arsal)", defendeu-se.

Surpresa

O ex-parlamentar Juca

Alves relatou "não entender porque foi incluído na ação, uma vez que não determinava despesas na Assembléia". "Mesmo assim, vou procurar me inteirar da denúncia", assinalou.

O ex-deputado relatou também que "ele era segundo-secretário e não tinha poder sobre assuntos administrativos". "Não sabia da assinatura do contrato entre a Arsal e a empresa Reggia. Estou surpreso. Não tive nenhuma participação nisso", garantiu Alves.

Já o ex-deputado José Ramos, o ex-procurador da Assembléia João Marcos Lopes de Farias, a mulher dele Ana Maria Rangel e Adelson Salezze não foram localizados para falar sobre as acusações do Ministério Público.

Todos são acusados de enriquecimento ilícito e desvio de verbas públicas. Eles teriam participado, em 2000, da assinatura de um contrato irregular entre a Associação dos Servidores da Assembléia Legislativa (Arsal) e a empresa Reggia Engenharia, Arquitetura e Informática. O custo total do contrato foi de R\$ 14,49 milhões, por 120 meses de trabalho.

Associação no poder

ARSAL FICOU RESPONSÁVEL POR CONTRATAÇÕES USANDO RECURSOS PÚBLICOS

CONTRATO - O contrato da Assembléia Legislativa com a Associação Representativa dos Servidores da Assembléia Legislativa (Arsal) foi firmado no dia 25 de fevereiro de 2000.

FUNÇÃO - Esse convênio repassou à Arsal a função de gerir recursos públicos que lhe eram repassados pela Assembléia e contratar serviços de terceiros. De acordo com o MP, essa transferência de responsabilidade do Legislativo para a Arsal caracteriza "usurpação de função pública".

LICITAÇÃO - Segundo o MP, "a Arsal praticava atos de gestão pública como se fosse a própria Assembléia, contratando servi-

ços de terceiros com recursos públicos, sem o devido processo de licitação, se possível fosse".

CARGO - O presidente da Arsal, Saturnino Faustino dos Santos, foi nomeado por José Carlos Gratz para a Diretoria de Assuntos Econômicos do Legislativo. Ele era o responsável direto pela parte financeira e contábil da Casa, e repassava, para a Arsal, dinheiro público que servia para fazer os pagamentos de contratos feitos sem licitação.

REGGIA - O contrato firmado entre a Arsal e a Reggia Engenharia, Arquitetura e Informática Ltda. foi elaborado em papel timbrado da Assembléia e teria sido mon-

tado no gabinete do então procurador-geral da Casa, João Marcos Lopes de Farias. Posteriormente, João Marcos e a mulher, Ana Maria Rangel, que também é procuradora do Legislativo, atestaram a legalidade do contrato.

INDÍCIOS - No início do ano passado, a atual Mesa Diretora da Assembléia encontrou indícios de fraudes em contratos firmados pela antiga Mesa Diretora da Casa presidida por Gratz. Na ocasião, o presidente da Mesa, Cláudio Vereza (PT), informou que o relatório com as supostas irregularidades seria enviado ao MP. Entre os contratos suspeitos estava o firmado com a Arsal.

CANCELAMENTO - No dia 31 de março de 2003, o contrato com a Arsal foi cancelado. Na ocasião, a Mesa divulgou que, de 2000, quando o convênio foi firmado, até o rompimento do contrato, o Legislativo teria repassado à Arsal R\$ 14,49 milhões.

OUTROS SERVIÇOS - Além da Reggia, a Arsal contratou outras duas empresas para a realização de serviços no Legislativo: a Fibra, para limpeza; e a Help, que mantinha uma ambulância em frente à sede no Legislativo nos dias de sessão na Casa. A Arsal também administrava espaços do Palácio Domingos Martins cedidos a terceiros, como o Restaurante Quórum.